

Despesas públicas Nova bomba fiscal

Pacote no Congresso eleva gastos em R\$ 25,5 bi e pressiona teto

Propostas já aprovadas ou em tramitação no Legislativo aumentam a pressão por uma nova flexibilização do limite de despesas

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Uma bomba fiscal de aproximadamente R\$ 25,5 bilhões pode seracionada neste ano com projetos aprovados no Congresso Nacional ou que estão em estágio avançado de discussão nos bastidores, conforme cálculo do economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Inspser, repassado ao *Estado/Broadcast*.

O custo tem impacto no teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à inflação e que foi alterada no ano passado para ampliar os gastos de interesse eleitoral. O limite atual, mesmo já ampliado, não é suficiente para comportar as medidas aprovadas pelos parlamentares.

O presidente Jair Bolsonaro tem vetado algumas medidas com impacto fiscal, alegando falta de compensação e conflito com interesses do Executivo, mas há ameaça de que os vetos sejam derrubados no Congresso. Para o economista Marcos Mendes, um dos criados

res do teto, a situação aumenta a pressão por uma nova flexibilização do limite fiscal este ano.

PROJETOS. Uma das medidas é a Lei Paulo Gustavo, vetada por Bolsonaro, o que causou uma reação no meio artístico. O projeto foi batizado com o nome do ator morto em 2021 em decorrência da covid-19 e repassa R\$ 3,9 bilhões para o setor cultural neste ano. Os parlamentares se mobilizam para derrubar o veto no Congresso, forçando o governo a incorporar o gasto no Orçamento.

Um repasse semelhante foi aprovado pela Lei Aldir Blanc 2, que torna o auxílio ao segmento cultural permanente a partir de 2023, com impacto de R\$ 3 bilhões nas contas do governo. O projeto também deve ser vetado pelo Palácio do Planalto.

Para Marcos Mendes, o governo só poderá incorporar esses gastos no Orçamento se cortar despesas de manutenção da máquina pública, que já estão no limite. “O que vai acontecer ainda este ano é começar uma pressão por uma nova flexibilização do teto para fazer caber essas despesas”, diz o economista. “De flexibilização em flexibilização, o teto vai perdendo qualquer credibilidade, qualquer funcionalidade.”

No ano passado, por iniciativa do governo, o Congresso aprovou a Proposta de Emenda

PRESSÃO SOBRE O TETO DE GASTOS

Medidas legislativas que aumentam despesas, impactam o teto de gastos e têm alta probabilidade de se tornarem lei

Impacto aproximado

EM BILHÕES DE REAIS POR ANO

TRANSFERÊNCIA A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA FINANCIAR SUBSÍDIO AO TRANSPORTE PÚBLICO	5
LEI PAULO GUSTAVO - AUXÍLIO À CULTURA	4*
PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	4
LEI ALDIR BLANC - AUXÍLIO À CULTURA	3**
LEI ASSIS CARVALHO - AUXÍLIO A AGRICULTORES FAMILIARES	3
REPASSE A BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DO SETOR DE EVENTOS (PERSE)	2,5
SOCORRO FINANCEIRO ÀS SANTAS CASAS	2
PEC QUINQUÊNIO DO JUDICIÁRIO	1,5***
PISO SALARIAL DOS ENFERMEIROS	0,5
TOTAL	R\$ 25,5 bilhões

*IMPACTO EM UM ÚNICO ANO; **IMPACTO A PARTIR DE 2023; ***IMPACTO APROXIMADO ESTIMADO E DE R\$ 4,5 BILHÕES, MAS HÁ R\$ 3 BILHÕES DE ESPAÇO NO TETO DOS DEBÁIS PODERES QUE ABSORVERIA PARTE DO AUMENTO SEM PRESSIONAR O TETO

FONTE: CÂMARA, SENADO, E VALORES ESTIMADOS PELO ECONOMISTA MARCOS MENDES, COM BASE EM DIFERENTES FONTES | INFOGRÁFICO ESTADO

à Constituição (PEC) dos Precatórios limitando o pagamento de despesas com sentenças judiciais. A PEC também mexeu na regra do teto, mudando a forma de cálculo, o que abriu um espaço de R\$ 113 bilhões neste ano. Além do Auxílio Brasil, programa social que substituiu o Bolsa Família, a folga foi ocupada por emendas parlamentares e pelo fundo eleitoral. “O Congresso está colocan-

do as prioridades dele à frente das prioridades do País. Primeiro, ele colocou fundo de financiamento partidário, depois fundo de financiamento de campanha, depois emendas parlamentares e agora está aprovando projetos para grupos de interesses específicos”, afirma o economista.

VETOS. Além de criticar o uso do dinheiro público por artis-

tas, Bolsonaro defendeu o veto à Lei Paulo Gustavo para garantir espaço no Orçamento para um socorro às Santas Casas, medida em tramitação no Legislativo, e atender à demanda do agronegócio por recursos para agricultores atingidos pela seca e pela equalização do Plano Safra. “Se o pessoal mantiver meu veto, temos como resolver o problema das Santas Casas e ajudar o nosso agronegócio”, disse Bolsonaro este mês.

“De flexibilização em flexibilização, o teto vai perdendo a credibilidade”

Marcos Mendes
Pesquisador do Inspser

O relator do projeto no Senado, Alexandre Silveira (PSD-MG), afirmou que o veto deve ser analisado na próxima sessão do Congresso, que deve ocorrer em maio. “Vamos derrubá-lo (o veto) para manter investimentos importantíssimos na cultura brasileira”, disse.

Com o espaço no teto limitado, as medidas aprovadas pelo Congresso acabam comprometendo outros interesses do Palácio do Planalto, como a proposta de dar um reajuste de 5% a todos os servidores públicos.

Na relação das medidas com impacto fiscal há também a transferência para beneficiários do Programa Emergencial do Setor de Eventos, com custo de R\$ 2,5 bilhões, que já teve o veto derrubado, e outras medidas que estão na fila de vetos a serem analisados pelo Congresso, como a transferência para agricultores familiares de baixa renda, de R\$ 3 bilhões. ●

Para contato com o CRECISP, acesse o link: <https://app.crecisp.gov.br/sistemas/gestao/seguros/salas-video-conferencia/> Informe Publicitário

COLUNA GREGISP

Conselho de Química assina convênio com o CRECISP

Cumprindo com sua função social de servir à sociedade e garantir o devido funcionamento da coisa pública, o CRECISP fechou, na última semana, mais um acordo de cooperação técnica. Dessa vez, o Conselho Regional de Química de São Paulo (CRQ-IV) foi a entidade que assinou o convênio, com o objetivo de melhor conduzir a alienação de propriedade imobiliária.

Com esse acordo, o CRQ-IV passa a compor o rol de instituições que podem contar com o trabalho de avaliação desenvolvido pelos membros do Grupo de Avaliadores Mercadológicos do CRECISP. Criada em 2016, essa é uma comissão que elabora Pareceres Técnicos de Avaliação Mercadológica para órgãos públicos como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, assim como para diversas prefeituras, sempre que solicitados.

Em contrapartida, os avaliadores recebem uma



certidão pelos serviços prestados à entidade parceira do CRECISP, agregando valor a seus currículos.

A assinatura foi efetivada na sede do CRQ-IV, por seu presidente, Hans Viertler, e pelo presidente do CRECISP, José Augusto Viana Neto. Também acompanharam a cerimônia, o superintendente do Conselho de Química, Wagner A. Contrera Lopes, a gerente jurídica, Cátia Stello Sashiida, o gerente de infraestrutura, Leonardo de Oliveira Secco, o assessor da instituição, José Lupercio Zerbinatti, e o chefe de gabinete da presidência do CRECISP, Milton Moreira de Barros.

O CRECISP deseja uma Páscoa abençoada a todas as famílias.

PEC de bônus a juizes vai custar R\$ 2 bilhões

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede bônus na remuneração de juizes e procuradores no País custará R\$ 2 bilhões aos cofres públicos se for aprovada pelo Congresso. A estimativa é do Centro de Liderança Pública (CLP), em nota técnica elaborada pelos analistas Daniel Duque e Pedro Trippi.

A proposta resgata o chamado quinquênio (adicional de 5% do salário a cada cinco anos) para membros do Judiciário e do Ministério Público, extinto em 2005. O governo de Jair Bolsonaro colocou a digital na proposta, após juizes e procuradores montarem uma força-tarefa para ressuscitar a PEC, apresentada no Senado em 2013. A volta do benefício teve apoio do presidente do Senado, Rodrigo

Pacheco (PSD-MG), que disse não haver privilégio para as categorias jurídicas.

“Não procede o argumento dos favoráveis à PEC, de que a evolução remuneratória no Poder Judiciário é baixa, de modo a não atrair talentos. De fato, analisando dados administrativos e amostrais, percebe-se que as remunerações nesse setor crescem significativamente mais que o observado no setor privado, o que seria agravado com a PEC”, diz o CLP.

A entidade avalia que a PEC vai no sentido contrário do objetivo de aumentar a produtividade do setor público, um dos principais pontos da reforma administrativa, estacionada no Congresso. Para atingir esse objetivo seria necessário reduzir adicionais remuneratórios por tempo de serviço, em favor de outros baseados em resultados. ● ANTONIO TEMÓTEO, DE BRASÍLIA